

---

JOHANESBURGO – Revisão dos Princípios Operacionais do GAC

Quinta-feira, 29 de junho, 2017 – 11:00 às 12:00 JNB

ICANN59 | Johannesburgo, África do Sul

CHAIR SCHNEIDER: Podemos ter diferentes formas de assessoramento permitido pelos estatutos. Geram um urgente debate que podemos tratar em um outro momento também o que dizia os Estados Unidos na etapa número quatro do processo do estatuto. É um ponto válido também que talvez devamos analisar, mas talvez não tenhamos tempo para discutir ainda hoje. Então, de alguma forma, vamos ter que resolver o que vai acontecer nos próximos 21 dias.

Nossa proposta então seria, então, utilizar a base dos princípios propostos das diretrizes pelo menos provisoriamente até a próxima reunião para que gradualmente consigamos desenvolver algo estável e acordado.

Por favor, façam intervenções curtas e tentem se ater ao que vamos fazer nos próximos 21 dias.

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

DINAMARCA: Eu não quero me repetir, mas eu acho importante tomar decisões. E esse é o princípio dois no documento da secretaria de base de caso a caso. Talvez tenhamos outros critérios da próxima vez, mas eu acho importante decidir caso a caso. Como eu disse anteriormente, eu não vi o Chris Disspain dizer qualquer coisa sobre políticas públicas. Então, eu pediria que a presidência olhasse a transcrição do que o Chris Disspain disse em relação aos procedimentos existentes.

Agora, temos menos tempo para outras coisas. Então, nesse momento, eu não ouvi falar nada sobre políticas públicas por parte da diretoria. Talvez eu esteja errada, mas eu gostaria de destacar isso.

CHAIR SCHNEIDER: Você poderia explicar o que é CEP, para sabermos do que estamos falando?

DINAMARCA: O processo de avaliação corroborado.

CHAIR SCHNEIDER: Bom, vou passar a palavra para o Canadá.

---

CANADÁ:

Eu acho importante registrar que há diferentes opiniões. Se a emenda aos estatutos tem implicações de políticas na Dinamarca, nós achamos que a diretoria está criando um no comitê. Isso nós achamos que é uma questão administrativa e que não tem implicações em políticas públicas. Na minuta dos princípios, esses princípios provisórios que temos aqui, eu acho importante destacar que o envolvimento do GAC na comunidade empodera seja transparente para o resto da comunidade e que tenho a um grau de previsibilidade em relação a forma com que o GAC vai se envolver.

O que eu acho é que nesse caso, como disse o Chris Disspain, não há envolvimento de políticas públicas. Acho que estamos criando um precedente.

IRÃ:

Nós já discutimos informalmente durante o café. Não é claro que possamos dizer que não é uma questão de política pública. Se nós levarmos em conta a eficiência que será derivada dessa modificação para casos de reconsideração, isso pode ter implicações de políticas públicas.

Eu acho que talvez não tenhamos que ter a regulamentação, mas a questão é se vamos participar ou não. Você falou que isso seria um teste-drive, pro assim dizer.

SUÍÇA:

Eu acho que fazer esse test-drive não implica aceitar desde o início que haja uma implicação de políticas públicas. Há diferentes opiniões aqui entre os membros. Eu acho que isso está registrado, que a liderança quando faz a proposta, vai levar em conta essas diferentes opiniões, vai ler a transcrição do fórum da comunidade e vai levar em conta o que está nessa emenda dos estatutos fomentais para fazer uma proposta para o GAC.

Então, essa é a oportunidade, de acordo com o procedimento, que está sendo proposta para os membros do GAC estarem de acordo, aprovarem ou não a proposta feita pelo grupo de liderança. Nós estamos, portanto, no estágio quatro. E se não houver acordo, deveremos ter uma discussão. Eu não entendo qual é o problema. Porque esse é o test-drive, esse é o nosso teste para ver como isso pode ser resolvido e discutido aplicando o procedimento que está determinado no estágio quatro.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, Suíça. De qualquer forma, nós não vamos resolver isso hoje, a não ser que queiram passar a noite aqui comigo. Nós precisamos saber o que vamos fazer nos próximos 21 dias.

---

Vamos fazer uma proposta por parte da liderança o mais rápido possível e podemos discutir isso de forma eletrônica, e talvez seja necessário – e eu acho que é bem previsível – fazer uma teleconferência. Precisamos determinar qual é a zona horária, não podemos fazer duas para discutir isso.

Temos duas coisas: uma é a aprovação dos elementos ou princípios operacionais disto, e a outra é a aprovação em relação ao conteúdo. Dizer sim ou não para usar os princípios operacionais que estamos desenvolvendo aqui na medida em que as coisas acontecem.

Não precisamos de consenso pleno para definir os princípios operacionais, mas temos que levar em conta, de qualquer forma, uma convergência de opiniões. Porque precisamos progredir nisso e só temos 21 dias. Se aplicarmos nossos procedimentos e não estivermos de acordo com o conteúdo...

O último seria o consenso. Se houver objeções, no final a decisão será se abster, porque esse é o resultado desse procedimento. Mas eu gostaria de pedir que estejam disponíveis para uma teleconferência a qualquer momento do dia entre o dia 15 e 20 de julho, que será o momento em que talvez saibamos o que fazer.

Então, só mais duas, talvez três intervenções. Holanda.

---

HOLANDA: Eu acho que não há nenhum problema. Se houve um problema, poderia ser de outra forma. Nós estabelecemos um precedente dizendo que nós vamos reagir a isso. Nós não nos envolvemos porque achamos que é uma questão de interesse público, e isso também é um precedente. Então, tanto dizer: “bom, isso não é de interesse público”, não importa. Isso pode ser pior ainda.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Irã.

IRÃ: Eu gostaria muito de participar. Eu vou estar na Indonésia do 15 ao 22 e não estarei disponível de madrugada. Estou muito interessado, mas não posso participar entre 15 e 22.

CHAIR SCHNEIDER: Bom, nós podemos fazer um doodle.

Nós precisamos dos materiais, precisamos conversar sobre o texto. Eu também não vou estar trabalhando no dia 15, mas isso não depende de nós decidir a data. Precisamos da melhor das piores opções, por conta dos prazos. Faremos o melhor, mas não podemos inventar dias que não existem no calendário. Dinamarca, Reino Unido, e aí encerramos a sessão.

---

DINAMARCA: Desculpem eu intervir novamente. Você me perguntou o que é CEP, e eu disse errado. É o processo de reconciliação.

E, eu estou disponível para as teleconferências, embora nós na Dinamarca não achamos que seja do interesse público. Nós aceitamos essa sugestão, mas achamos que isso não é um precedente. Achamos importante que haja uma discussão plena no GAC depois. Essa é uma questão interna. Mas em relação aos estatutos, eu acho importante se envolver nessas questões.

CHAIR SCHNEIDER: Reino Unido.

REINO UNIDO: Eu estou de acordo com a opinião da Holanda. E lembrando aos colegas o que eu disse anteriormente quando da alteração dos estatutos fundamentais, que é interesse público. A diretoria trabalha com a reconsideração, ou solicitações de reconsideração quanto a falta de ação da diretoria. Isso tem a ver com a prestação de contas, transparência e respeito ao processo devido. Então, é uma questão de interesse público.

---

CHAIR SCHNEIDER: Nós achamos que podemos chegar até no máximo. Vamos ver o que podemos fazer nesses 21 dias. Não há outra forma. Irã.

IRÃ: Talvez, nesse caso, porque é um teste, indicar que isso de nenhuma forma estabeleceria precedentes para discussões futuras. Não é fácil, não há uma questão de conteúdo, mas digamos que haja uma questão muito mais completa. Eu acho importante indicar que isso não abre precedente para nenhum caso futuro.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Irã. Com isso, eu tenho que passar para os princípios operacionais. Temos 25 minutos para isso. Antes de passar o microfone para o Olof, eu gostaria de lembrar que temos duas vias de trabalho dos princípios de operação, que seria uma revisão de longo prazo, que estamos tentando fazer já há algum tempo. Tentamos estabelecer uma base sistemática. E depois temos uma revisão urgente e bastante restrita, que é em relação ao processo de eleição.

Temos uma proposta concreta que foi apresentada em Copenhague, houve um período de 60 dias de comentários e estamos tentando adotar isso aqui. Esse é o objetivo dessa última meia hora. Isto é: adotar o procedimento das eleições na



---

próxima reunião com base e esses estatutos revisar, para garantir que todos, independentemente de você estar doente ou ter perdido o avião, possam votar.

Então, eu gostaria de passar o Olof explicar os detalhes.

OLOF NORDLING:

Obrigado. Em primeiro lugar, esse texto já foi colocado para um período de revisão de 60 dias. Recebemos alguns comentários, não muitos. Então, a última minuta, a quarta, na verdade, e depois foi feita uma revisão final por vocês há duas semanas, mas não houve nem objeção à última versão, que está agora na versão corrigida aqui na tela. Em alguns casos, houve mudanças no texto, o que não muda em nada o conteúdo.

Eu gostaria de passar aos princípios relacionados à eleição, 31 em diante. Potencialmente, todos nós lemos esse texto. Lemos, colocamos os comentários, e foi considerado aceitável. Acho que não precisamos ler isso aqui. Pergunto se pode ser aprovado da forma como foi disseminado durante os 60 dias? Irã quer falar.

IRÃ:

À luz das suas implicações para a votação da presidência e dos comentários que foram feitos, eu sugiro que seja aprovado. Exceto no caso de haver objeções nessa reunião.

---

OLOF NORDLING: Obrigado. Então, posso ver se há alguma objeção? Nova Zelândia, desculpa.

NOVA ZELÂNDIA: Eu gostaria de voltar aos princípios nove e dez. Eu gostaria de um esclarecimento da diferença entre uma reunião normal e uma de emergência.

OLOF NORDLING: Eu pediria que se voltasse para os princípios nove e dez. A diferença entre essas duas reuniões é que não há nenhuma alteração na diferença entre os dois desde o momento em que eles foram concebidos. Irã.

IRÃ: São duas coisas muito diferentes. Uma é uma reunião de emergência porque se o GAC não responder em tempo hábil vamos perder a oportunidade.

OLOF NORDLING: Essa explicação é satisfatória para a Nova Zelândia?

---

NOVA ZELÂNDIA: Sim, eu só queria esclarecer que o momento da reunião de emergência e a normal parecia a mesma. Por que a diferença?

CHAIR SCHNEIDER: Esses elementos não foram alterados dos princípios operacionais. Talvez não seja um bom termo dizer “reunião de emergência”.... são 28 dias para anunciar uma reunião, e a outra é de dez dias. Isso não foi mudado. Talvez possamos melhorar o texto, mas é importante nos concentrarmos no que é relevante para a eleição.

Eu gostaria de observar que no princípio 33, precisamos apenas de maioria simples para fazer emendas ao processo operacional, mas todo mundo tem que participar.

OLOF NORDLING: Obrigado, presidente. Poderíamos voltar à proposta do Irã, por favor? Aceitamos um, dois... então, aprovado através de consenso. Vamos atualizar os princípios operacionais que estão publicados e incluir os novos em breve.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, Olof. Acabamos dessa forma. Terminado um processo sobre a revisão dos aspectos que tem a ver com o processo de eleição que começamos há três anos, depois da última eleição

---

com mais de um candidato proposto. Agora, podemos nos concentrar, felizmente, com mais recursos na revisão holística que não se realizou tão rápido devido á questão da transição da IANA e outros assuntos que nos tomaram todos os recursos. Estamos tentando atualizar um pouco esse processo. A ideia é que tenhamos uma ideia da estrutura geral dos princípios operacionais que seja mais lógica. Tem um slide que vai demonstrar a lógica acordada na reunião de Copenhague. Olof, por favor.

OLOF NORDLING:

Poderíamos, por favor, passar para o outro slide? O cronograma dos princípios gerais, acho que se chama assim.

Como introdução para refrescar nossa memória – isso foi disponibilizado para a reunião de Copenhague através de correio eletrônico, quem fez foi Michelle Scott-Tucker. Aqui, se estrutura, ou se descreve a possível estrutura para apareça um pouco melhor organizada como organizamos nossos princípios operacionais, dividindo-o em capítulos operacionais, digamos.

Temos títulos com este. Na verdade, não diríamos que são princípios gerais, mas são os títulos dos princípios gerais. Em primeiro lugar está o alcance, o que faz o GAC, depois a informação sobre quem pode participar do GAC. Depois, se inclui o compromisso de infusão. Também estão os membros,

---

quem são os observadores e de que forma deve ser feita a representação.

O próximo capítulo contém a forma como se realiza o trabalho do GAC, o compromisso de transparência e participação de todos os membros; os requisitos para decoro; como se realizam as reuniões presenciais; o trabalho online; e o estabelecimento, funcionamento e encerramento dos grupos de trabalho. Seguinte slide.

A liderança do GAC; aqui estão as funções do presidente, vice-presidente; os períodos dos mandatos; também os grupos de trabalho; presidentes e co-presidentes deles; os líderes de cada grupo; por tema está a eleição do presidente e vices-presidentes do GAC; procedimentos para eleição.

O seguinte capítulo contém informação sobre as reuniões; agenda; de que forma deve-se estruturar; como devem ser redigidas as Atas, o que devem conter e que tipo de registro se deve manter. Seguinte slide.

Há também um capítulo sobre os grupos de trabalho, sua formação; os copresidentes e presidentes do grupo de trabalho; participação; quem pode ser membro; as atividades; e de que forma se encerram os grupos de trabalho.

---

Também há um capítulo sobre assessoria e recomendação do GAC ao board – este é um tema bastante conhecido hoje; requisitos de consenso; não requisitos; comunicação da assessoria do GAC; o que é que deve ser feito, como, e de que forma se deve analisar essa recomendação do GAC com respeito às atividades da diretoria.

Seguinte slide, por favor. Também está a interação com a comunidade da ICANN; como designar representantes, ou membros para os grupos de trabalho intercomunitários; equipes de revisão; papéis e responsabilidades dos membros designados do GAC, como as atividades, por exemplo; como fazer contribuições por parte do GAC às atividades da comunidade; e de que forma procurar a contribuição da comunidade a respeito do que faz o GAC. E também as funções dos coordenadores de ligação perante o GAC e a partir do GAC.

Também um título que fala da participação do GAC na comunidade empoderada; outro que se refere à secretaria; e disposições para a revisão dos princípios operacionais. Isto é apenas para revisar um pouco, reatualizar. Uma sugestão feita pela Michelle, e por que não começar por aqui e ver o que podemos fazer? Talvez possamos modificar ou melhorar a proposta de diferentes maneiras. Manal, por favor.

---

MANAL ISMAIL:

Um comentário inicial e outro comentário geral. Eu sugeriria que mantivéssemos os princípios operacionais de forma geral, e deixássemos os detalhes para colocar em outra parte. Se estamos de acordo, sugeriria que mantivéssemos o título do grupo de trabalho sob os métodos de trabalho do GAC como estão até agora. E eliminar a sessão separada sob os grupos de trabalhos do GAC.

Se pudéssemos voltar... eu não lembro qual era o slide, mas o que eu quero dizer é: os membros dos grupos de trabalhos do GAC já aparecem sob os métodos dos grupos de trabalho do GAC. Então, é o método que temos para conseguir, ou para atingir nosso trabalho. Mas a outra parte que se chama “grupos de trabalho”, que vai incluir mais detalhes. Eu acho que os princípios operacionais não são o lugar específico para colocar esses grupos de trabalho. Obrigado.

OLOF NORDLING:

Obrigado. Eu acho que isso lembra a todos que falamos de princípios gerais, o que é bom, e também de princípios operacionais, mas também há uma série de disposições detalhadas que talvez não devam estar dentro dos princípios operacionais, ou não, pelo menos, a nível destes. Também há outras questões, como procedimentos administrativos. Então, uma sugestão seria ter outro tipo de documento que eu acho

---

que será mais simples para modificar e que reúna os procedimentos administrativos, ou os cotenha, para fins práticos e de logística, que não qualificam como princípios, mas que poderiam ser modificáveis com mais facilidade. Isso já foi proposto anteriormente e eu acho que há consenso a respeito.

IRÃ:

Obrigado, Olof. Eu acho que sobre o quórum, quando não o utilizamos, poderíamos colocar o mecanismo de implementação associada, porque não sabemos quando vamos ter quórum e quando não. E isso seria considerado com a condução da reunião é muito importante esse ponto.

A condução da reunião está na questão do tema de moção de ordem, que podem apresentar os delegados de diferentes categorias. Uma categoria não está de acordo com a resolução e isso tem que ser manifestado à presidência.

É um tema importante que tem que ser mencionado em algum lugar. Não estou propondo nenhum em específico, mas deve constar. Obrigado.

OLOF NORDLING:

Obrigado pro seu comentário. Claro que sempre é possível fazer referência às regras existentes que são usadas em muitas outras



---

organizações, como as regras de Roberts, ou semelhantes, que podem ser mais prescritivas. Mas eu tomo nota.

A respeito do quórum, o fato de que esteja incorporado aos princípios operacionais de nível geral... sem dúvida que o requisito de quórum deve existir, mas a condução da reunião tem que estar dentro dos princípios operacionais ou nos procedimentos administrativos?

IRÃ: Em qualquer lugar. Eu não tenho nenhuma preferência especial. Os princípios operacionais podem estar vinculados a procedimentos específicos, por exemplo, para mudar alguma coisa. Mas é importante a condução da reunião.

OLOF NORDLING: Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS: Peço desculpas. Eu não estava pensando em minha pergunta enquanto lia os slides. Pode refrescar minha memória, se os princípios incluem um código de conduta geral para os participantes do GAC?

OLOF NORDLING: Vamos examinar melhor esta parte.

---

CHAIR SCHNEIDER: Olof, se me permite. Tivemos uma reunião antes, não sei se foi Hyderabad ou Copenhagen, onde havia um slide onde tinha o princípio de caráter geral e rascunhos com outros títulos possíveis para o futuro – em um único slide.

Eu não estou encontrando, encontro o mês de março com a lista do Manal de 11 de março com a apresentação... talvez seria bom ter uma ideia geral em um único slide. Vou tentar encontra-lo.

E a respeito ao pedido de conduta dos Estados Unidos, eu não lembro de ter havido até agora, mas talvez devamos pensar nisso. Ter algumas regras para identificar sinais de alerta de comportamentos, limites que não devemos atravessar.

Devemos remeter essa questão a ICANN. Temos que avaliar entre nós essas regras. Sem dúvida, é um trabalho que devemos tratar e utilizar.

OLOF NORDLING: Voltando. O que eu acho que era o primeiro slide. Não é um código de conduta, mas elementos do que seria um. Conduzir o trabalho do GAC, compromisso com a transparência, participação de todos os membros... talvez possa ser condensado em um código de conduta. Irã.

---

IRÃ: Olof, não sugiro elaborar um código de conduta para o GAC. Estamos na ICANN, que tem um código de conduta que foi anunciado em websites, e em todas as reuniões faz referência a esse código. No website, o que se faz é clicar e, se estamos em uma reunião eletrônica, clica-se no código para aceitar. Eu acho que não devemos discutir um código de conduta específico para o GAC porque nos converteríamos em uma auditoria. Não queremos complicar as coisas.

OLOF NORDLING: Obrigado. Esta posição vai ser considerada. Entendo que é hora de passar à sessão seguinte.

CHAIR SCHNEIDER: Na verdade, sim, mas podemos tomar alguns minutos. Reino Unido e Africa do Sul.

OLOF NORDLING: Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado, Olof, por seus comentários. Concordo com o que disse Manal sobre separar os princípios de nível geral daqueles aspectos mais operacionais, por assim dizer. Talvez o nome

---

seria “regras de procedimento” para configuração e estabelecimento de grupos de trabalhos, condução das reuniões, agenda, quórum, indicações de membros, lideranças e etc.

Há regras de procedimento que cobririam tudo isso, mas por outro lado, uma série de princípios de nível geral, como por exemplo os compromissos de ação. Um deles poderia ser aceitar ao código de comportamento da ICANN. Poderíamos ter uma ligação. Agora, com respeito à administração, todas as regras de procedimento mencionadas, talvez seria melhor ajustá-las à medida em que o comitê e o nosso trabalho evoluam no tempo. Obrigado.

OLOF NORDLING: Obrigado. Brasil e África do Sul.

ÁFRICA DO SUL: Obrigado. O Reino Unido se referiu ao que eu queria mencionar, que é a questão das regras de procedimento. Essa é a expressão que nos permite entender todos esses temas que incluem o código de conduta e outros conceitos. Obrigado.

OLOF NORDLING: Obrigado. Brasil.

BRASIL:

Vou dizer uma coisa parecida com o que disse a delegada da África do Sul, porque eu entendo que como governo, devemos adotar e nos reger pelas regras que, como governo, consideramos que são necessárias. Acho que não deveríamos nos preocupar muito por replicar o que fazem em outras partes da comunidade, nem alinhar o trabalho que a ICANN espera de nós.

Somos governos, devemos respeitar os códigos dos governos. E no contexto governamental, falamos de regras e procedimentos. Acho que não precisamos – posso estar errado – de códigos de condutas. Porque como representantes ou membros de governos, o comportamento em nossa conduta é uma coisa compartilhada. É o que se espera de nós.

Então, as vezes me preocupa que as discussões que temos no GAC tenham uma necessidade, uma ansiedade por demonstrar à comunidade que estamos envolvidos com parâmetros, mas os governos têm que nos guiar pelos parâmetros que os nossos governos acham que são necessários.

OLOF NORDLING:

Obrigado. Eu tentarei dar algumas conclusões. Talvez, revisar a resenha dos princípios de nível geral que foram propostos e

---

levar em conta os comentários realizados, e também começar a separar as regras de procedimentos para apresentar um primeiro rascunho e disponibilizar para a consideração dos membros do GAC.

Essa seria a próxima etapa, concordam?

CHAIR SCHNEIDER:

O que nós acordamos na vez passada é que um dos próximos passos seria um elemento partir dos princípios operacionais existentes, e alocá-los – ou como queiram dizer – sobre esses cabeçalhos e usar isso como ponto de partida. E isso faz ainda mais sentido agora, porque nós acordamos com a versão revisada. Havia algumas alterações pendentes. Vamos usar esses princípios de alto nível como estrutura lógica, e o texto existe.

Como próximo passo, indicar quais elementos queremos manter, ou outros que tenham detalhes demais e que sejam, então, um documento em separado.

Então, o que temos que abordar: qual é o processo que vamos usar para revisar esse documento? É bem difícil. Precisamos destacar o nível de abstração, ou detalhes do texto atual, e depois de termos um único documento veremos onde as mudanças devem ser feitas ou não.

---

Mas a ideia é usar essa estrutura que temos agora e com a qual acordamos, para alocar os elementos atuais, os princípios operacionais no lugar certo e trabalhar a partir disso. estão de acordo?

Então, se os recursos permitirem e se houver interação e apoio do GAC como um todo, vamos fazer com que isso avance entre as reuniões com a liderança e a secretaria. Mas precisamos muito do apoio do GAC.

Bem, seria isso para essa sessão. Temos mais uma sessão antes do intervalo para almoço, que é Rollover do KSK. David (ininteligível) vai se apresentar e vai dizer porque está aqui. Pode vir aqui?

**[FIM DA TRANSCRIÇÃO]**